

# Erradicar o trabalho infantil: Uma responsabilidade de todos

Os números revelam a crueldade cometida hoje contra crianças e adolescentes no Brasil, que têm sua infância e sonhos destruídos pela necessidade econômica de famílias que dependem do mínimo para sobreviver. O levantamento, feito pelo IBGE em 2016, mostra que, somadas 716 mil pessoas que trabalhavam para o próprio consumo e sustento, que foram desconsideradas, 2,5 milhões desses seres humanos, que se encontram em peculiar condição de desenvolvimento, com idades entre 5 e 17 anos, continuam, apesar dos esforços, em situação de exploração no e pelo trabalho. São vítimas da violação dos mais mezinhos direitos humanos e da legislação protetiva.

Independente de estatísticas, ainda que houvesse uma única vítima de violência tão execrável, seria muito.

Para quem assumiu o compromisso de acabar com o trabalho infantil até o ano de 2025, o Brasil parece muito distante de alcançar a meta. A falta de políticas públicas para atacar a verdadeira causa dessa praga social é o maior entrave enfrentado pelas autoridades que se dedicam a esse objetivo comum aos homens de bem. Todos concordam que é preciso combater as violações de direitos ligados ao trabalho infantil.

Muitas das crianças e adolescentes que são submetidos a essa exploração tornam-se vítimas do ciclo de desigualdades sociais no Brasil que colocam as classes vulneráveis à margem da sociedade. A elas foi tirado o direito de decidir sobre o próprio destino. Certamente, a submissão ao trabalho precoce, que obriga pequenas mãos a manejar perigosas ou pesadas ferramentas em vez de se ocupar com brinquedos ou com o lápis em sala de aula, tem origem segura na pobreza extrema, presente principalmente nas periferias das grandes cidades.

Portanto, autoridades que tem o poder e o dever de assumir a responsabilidade por este grave problema social se omitem ao não optar preferencialmente pelas políticas públicas que eliminem as desigualdades e invistam na educação. Erradicar o trabalho infantil vai muito além de singela vontade política ou um discurso eleitoral. É necessário entrar na agenda de governo como prioridade de Estado.

Mas essa responsabilidade também deve ser compartilhada com a própria população. Todos devem estar envolvidos nesse processo de desenvolvimento humano de uma infância que busca apenas crescer de forma saudável e justa.

No Dia de Combate ao Trabalho Infantil, o Papa Francisco escreveu: "Como adultos não podemos roubar às crianças a capacidade de sonhar. Procuremos favorecer um contexto de esperança, onde os seus sonhos cresçam e se compartilhem: um sonho compartilhado abre o



caminho para um novo modo de viver”. Desde que assumiu o seu Pontificado, em 2013, Francisco tem insistido em suas mensagens de um princípio básico, mas que é constantemente violado. Segundo o Santo Padre, as crianças “devem poder brincar, estudar, rezar e crescer em suas famílias”.

Respeitar esse direito é, portanto, uma responsabilidade não só de quem deveria agir em defesa das crianças e adolescentes, mas também de uma sociedade que tem como obrigação proteger os pequenos dessa chaga que escraviza e interrompe o desenvolvimento humano. Não basta somente ficar indignado a essas variadas formas de abuso e exploração. O verdadeiro cristão deve transformar a sua indignação e sentimento de injustiça em atitudes concretas.

A exploração do trabalho infantil no Brasil é uma realidade tão presente que está visível aos olhos de quem quer enxergar. Muitos, no entanto, parecem privados de visão, chegando a naturalizar e romantizar o trabalho infantil. Há um modelo perverso em que maus empresários e comerciantes se aproveitam da mão de obra barata de pequenos seres, enriquecendo às custas do sofrimento de quem apenas deseja ser visto em sua dignidade. Diante da omissão e do egoísmo de muitos, essas crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil se tornam invisíveis e chegam até a sofrer preconceito em semáforos, ruas e comércios quando estão sendo exploradas nas piores formas de trabalho infantil.

Essa luta contra o trabalho infantil no Brasil não é, portanto, de um só. O combate a esse tipo cruel de exploração é uma responsabilidade de todos. Do Poder Público, que deve implementar políticas públicas que tratem o tema como prioridade, investindo em educação e redução das desigualdades sociais; das autoridades policiais, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que não podem tergiversar quando se trata de proteger crianças e adolescentes; e, finalmente, mas não menos importante, da sociedade civil, essencial na defesa e cobrança de medidas que alcancem essa população tão vulnerável. A união e o compromisso de todos deverão despertar um novo olhar sobre esta chaga e essa dívida social, que precisam desaparecer da nossa sociedade para que “todos tenham vida e vida em plenitude.



**Covid-19:** agora mais do que nunca, protejam crianças e adolescentes do trabalho infantil.

#Nãoao  
Trabalho  
Infantil



Apoio:

